

Sumário de dados da Região Metropolitana da Baixada Santista

Antecedentes

No âmbito do projeto **“Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sócio-demográfica nas Metrópoles do Interior Paulista: Campinas e Santos”** – desenvolvido por pesquisadores do Núcleo de Estudos de População (NEPO), com financiamento da FAPESP e CNPq –, foi desenvolvido o presente sumário, que pretende apresentar um retrato atualizado sobre distintas dimensões da realidade sócio-demográfica das famílias residentes na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS).

A idéia de elaborar esse sumário como produto inicial derivado dos dados primários gerados na pesquisa surgiu, por um lado, do desejo de apresentar, da forma mais breve possível, um diagnóstico das características apresentadas pela região de maneira simples e dinâmica, para uso tanto da sociedade civil, quanto dos planejadores regionais. Para tanto, este foi organizado por grandes temas que, de alguma maneira, revelam as principais preocupações do projeto de pesquisa e de seus pesquisadores. Por outro lado, tendo em vista a complexidade e riqueza do questionário na pesquisa domiciliar realizada, acredita-se que este texto, deliberadamente descritivo, pode fornecer as primeiras pisas do potencial analítico das informações coletadas.

Os dados que constam deste diagnóstico referem-se às informações levantadas, ao longo do segundo semestre de 2007, a partir de uma pesquisa realizada em mil e seiscentos domicílios escolhidos através de uma amostra aleatória, especialmente desenhada para captar a heterogeneidade espacial da região, sobretudo em termos do grau de vulnerabilidade das famílias.

Quanto ao instrumento de coleta, este foi organizado em diferentes módulos, colhendo informações sobre os seguintes aspectos: características dos domicílios e seu entorno, ambiente, riscos e perigos, dados sócio-demográficos gerais, mercado de trabalho para os maiores de 10 anos de idade, mobilidade espacial do responsável do domicílio, família e comunidade, saúde e educação – sendo estes últimos três módulos aplicados à cônjuge ou mulher responsável pelo domicílio. Salienta-se que, em todos estes módulos, o questionário buscou inovar com relação aos quesitos coletados, incluindo informações diferenciadas e pouco comuns em levantamentos desse tipo, tais como características do entorno dos domicílios (incluindo acessibilidade a serviços públicos), percepções sobre riscos e perigos, mobilidade intra-urbana, estratégias familiares e relações de gênero, capital social, participação dos pais nos estudos de crianças, acesso a serviços de saúde etc.

Seguindo a mesma lógica de elaboração do questionário, este sumário foi organizado em seções de forma a apresentar algumas das informações e constatações mais elucidativas do que seria o “primeiro olhar”, por parte da equipe de pesquisadores do projeto, sobre os

dados da pesquisa domiciliar realizada. Na verdade, este produto representa uma versão aperfeiçoada e bastante ampliada dos dados apresentados no Seminário Internacional *“Vulnerabilidade social e dinâmica intra-urbana: dimensões, conseqüências e primeiros resultados da pesquisa domiciliar”* realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) nos dias 27 e 28 de março de 2008. As informações aqui apresentadas estão organizadas de maneira a fornecer uma visão geral sobre várias características relevantes da população, tanto para o conjunto da RMBS, quanto para as chamadas “Zonas de Vulnerabilidade” – estratégia analítica escolhida para enfatizar a diversificação socioespacial existente na área em análise. Dessa forma, espera-se mostrar não apenas como se configura a situação socio-demográfica e de condições de vida da população metropolitana, mas também explicitar a grande heterogeneidade existente no tecido urbano regional.

Breves considerações sobre o processo amostral e as entrevistas domiciliares

Como já salientado, a amostra foi concebida de modo a representar não apenas a RMBS como um todo, mas também estratos homogêneos concebidos de acordo com pressuposições teóricas estruturantes do projeto, qual seja, o conceito de vulnerabilidade¹. Com base em tais pressupostos, foram elaboradas análises estatísticas de maneira a determinar o que se chamou de Zonas de Vulnerabilidade (ZV), cuja metodologia será resumida na seção a seguir, podendo ainda ser conhecida com maior detalhe a partir de texto específico já publicado².

O plano amostral adotado considerou a estratificação da população a partir de ZVs e o sorteio das entrevistas foi realizado em dois estágios, sendo o primeiro deles representado pelos setores censitários correspondentes a cada uma das ZVs e, o segundo, pelos domicílios correspondentes a serem visitados. Estes últimos foram sorteados com base numa lista nominativa realizada a partir de um processo de arrolamento de cada um dos setores censitários selecionados. Em média, foram entrevistados quinze domicílios em cada um dos setores censitários sorteados, totalizando um número superior a quatrocentos questionários para cada ZV determinada.

A amostra, portanto, foi planejada de maneira a fornecer dados com representatividade estatística, tanto em nível regional, quanto em nível das Zonas de Vulnerabilidade.

¹ De uma maneira simplificada a poder-se-ia dizer que o conceito de vulnerabilidade diz respeito à capacidade de uma pessoa ou família para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos sócio-econômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração.

² Trata-se de: CUNHA, J.M.P.; JAKOB, A.A.E.; HOGAN, D.J.; CARMO, R.L.; A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**, 1ª ed. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

É importante frisar, no entanto, que as entrevistas foram realizadas apenas em domicílios urbanos, o que implica que as informações disponíveis, tanto nesse sumário, quanto no banco de dados gerados pela pesquisa, dizem respeito apenas à *população urbana* da região metropolitana. De qualquer forma, deve-se lembrar que a porção rural da área abrigava, em 2000, apenas 0,41% da população total.

Sobre o processo de entrevistas, o questionário aplicado, composto por sete módulos, foi, em sua imensa maioria, respondido pela cônjuge ou mulher responsável pelo domicílio, uma vez que se considerava que, em função da complexidade e diversidade das perguntas, a mulher certamente teria mais possibilidades de responder adequadamente cada uma delas. O tempo médio de aplicação deste questionário foi de 50 minutos.

Sobre a metodologia de criação das zonas de vulnerabilidade

A definição do que se chama nesse projeto de “Zonas de Vulnerabilidade” parte da concepção teórica de que a situação de vulnerabilidade se relaciona à capacidade que a população tem de responder a certos riscos enfrentados no seu dia-a-dia; riscos estes decorrentes da existência (ou ausência/escassez) de determinados ativos. Estes ativos, por sua vez, podem ser classificados em três categorias: capital físico/financeiro, capital humano e capital social³.

Partindo-se da premissa de que a combinação desses três tipos de capitais poderia implicar a configuração de diferentes formas e intensidades de vulnerabilidade, (especialmente numa situação de pobreza), o procedimento utilizado para a configuração destas “zonas” se deu em duas etapas: a primeira foi a construção, a partir do boletim de amostra do Censo Demográfico de 2000⁴, de indicadores para cada uma das categorias de capitais consideradas; a segunda, consistiu na aplicação de procedimentos estatísticos multivariados para se captar áreas “homogêneas”, com base nas características das unidades espaciais de análise consideradas (Áreas de Ponderação⁵) – isso para cada uma das categorias de capitais acima especificadas.

³ Para maiores detalhes sobre este procedimento ver Cunha et al., 2006.

⁴ É importante frisar que se tem aqui a consciência da possível debilidade de alguns dos indicadores utilizados para captar as dimensões desejadas, contudo, considera-se também que, dentre as possibilidades existentes, bem como dentre as limitações inerentes aos dados censitários, os índices sugeridos parecem ser os que melhor refletem as dimensões que se pretende representar.

⁵ Segundo o IBGE (2002), “define-se **Área de ponderação** como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo” (p.11). Em outros termos, representa uma área no interior do município para a qual é possível contar com as informações do boletim da amostra do Censo Demográfico que contém uma série muito mais detalhada de informações sobre as características sócio-demográficas

A partir das informações disponíveis foi possível elaborar um conjunto de indicadores com as seguintes características:

Capital físico: os indicadores utilizados para refletir esta dimensão foram propostos de maneira a permitir captar não só deficiências na infra-estrutura domiciliar, mas também elementos geralmente ligados às características comuns nas ocupações mais periféricas, tais como alta densidade domiciliar, habitações precárias, situação da “propriedade” do domicílio etc.

Capital humano: além da precariedade do nível de escolaridade, os indicadores aqui utilizados também buscam resgatar o grau de dependência econômica e de envelhecimento existentes nas áreas de estudo; considerando que tais elementos podem refletir dificuldades para as famílias ou domicílios no processo de reprodução social.

Capital social: aqui os indicadores tratam de resgatar elementos ligados ao acesso a serviços, condições gerais de proteção social (como acesso ao mercado formal de trabalho, por exemplo) e formações domésticas que poderiam colocar em xeque a qualidade de vida da população⁶.

Para cada um destes três conjuntos de indicadores foram realizadas análises fatoriais, a partir das quais foram obtidos cinco fatores: dois para o capital físico, um para o capital humano e dois para o capital social, cujos significados identificados, cargas fatoriais e percentuais da variabilidade explicada⁷ são apresentados no quadro a seguir.

da população. Para maiores detalhes ver: IBGE, Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, IBGE, 2002..

⁶ Deve-se salientar que, no caso dos indicadores aqui denominados como relativos à “proteção social”, estes não poderiam ser qualificados como diretamente relacionados ao Capital Social, no entanto, permitem revelar elementos que dizem respeito ao grau de acesso a políticas públicas ou outro tipo de proteção social. De fato, como mostram Saeger, Thompson e Warren (2001), um dos níveis em que se pode configurar o Capital Social diz respeito à relação da comunidade com o estado ou outras instituições, sendo que esta poderia, como se busca apontar com os indicadores utilizados, implicar conquistas que aumentassem a proteção social das famílias ou indivíduos. SAEGERT, S.; THOMPSON, J. P.; WARREN, M. R. (Ed.). Social capital and poor communities. New York: Russell Sage Foundation, 2001.

⁷ As “cargas fatoriais” correspondem à correlação da variável com o fator, ou seja, a partir delas é possível interpretar o significado do fator. Já a variabilidade explicada corresponde ao poder do fator em explicar a variabilidade total dos dados, ou seja, quanto maior este valor, mais segurança se pode ter em substituir todas as variáveis por aquele fator. Por isso em alguns casos teve-se que optar por dois, já que apenas um deles não alcançava uma representação aceitável da variabilidade dos dados. Além disso, algumas variáveis não apareceram nos resultados das análises fatoriais por serem parecidas com outras e não apresentarem ganhos aos modelos.

Quadro 1
Demonstrativo dos resultados das análises fatoriais das três dimensões consideradas
Região Metropolitana da Baixada Santista, 2000

Capital Físico			Capital Humano		Capital Social		
Variáveis	Fatores		Variáveis	Fator	Variáveis	Fatores	
	1	2		1		1	2
DensMorComodo	0.949	0.198	PessAnalf15+	0.974	ChefeFem10a19	-0.097	0.829
RenChefeFam0a2	0.887	0.396	EscChefeFam0a4	0.965	TamFamilia	0.409	0.764
TipoCasa	0.908	0.193	RazãoDependência	0.877	OutrosAgregados	-0.711	0.067
TipoComodo	0.251	-0.155	% var. explicada	88.31	S/CarteiraAssinada	0.758	0.259
Cond.Propr.Aquis	-0.089	0.130			NãoFreqEscola7a14	0.787	0.210
Cond.Alugado	-0.574	-0.521			FamRendaNãoTrabalho	-0.652	-0.683
AguaNãoCanaliz	0.211	0.895			% var. explicada	38.38	30.92
2+Banheiros	-0.881	-0.062					
S/RedeEsgoto	0.654	0.544					
S/ColetaLixo	0.199	0.906					
% var. explicada	42.01	24.67					
Interpretação sugerida dos fatores	Padrão de ocupação periférico	Deficiência na infraestrutura domiciliar		Carência de capital humano		Desproteção social	Estratégia familiar de proteção social

Uma vez feita a análise fatorial, foram calculados os “escores fatoriais” para as áreas de ponderação inseridas em cada um dos fatores, o que resultou em cinco valores distintos para cada uma das sub-áreas contempladas. Deve-se considerar ainda que, para as análises posteriores, é importante ter em conta a interpretação dada aos fatores identificados, uma vez que será a partir da “leitura” destes novos construtos, resultante de análise fatorial, que se poderá analisar e interpretar os resultados obtidos – particularmente no que se refere aos escores fatoriais assumidos por cada uma das áreas de ponderação.

Uma vez definidos os fatores e os escores fatoriais para cada unidade espacial de análise, as “Zonas de Vulnerabilidade” foram definidas a partir da aplicação de um procedimento de “análise de conglomerados”⁸, procedimento este que permite o agrupamento de unidades com características semelhantes.

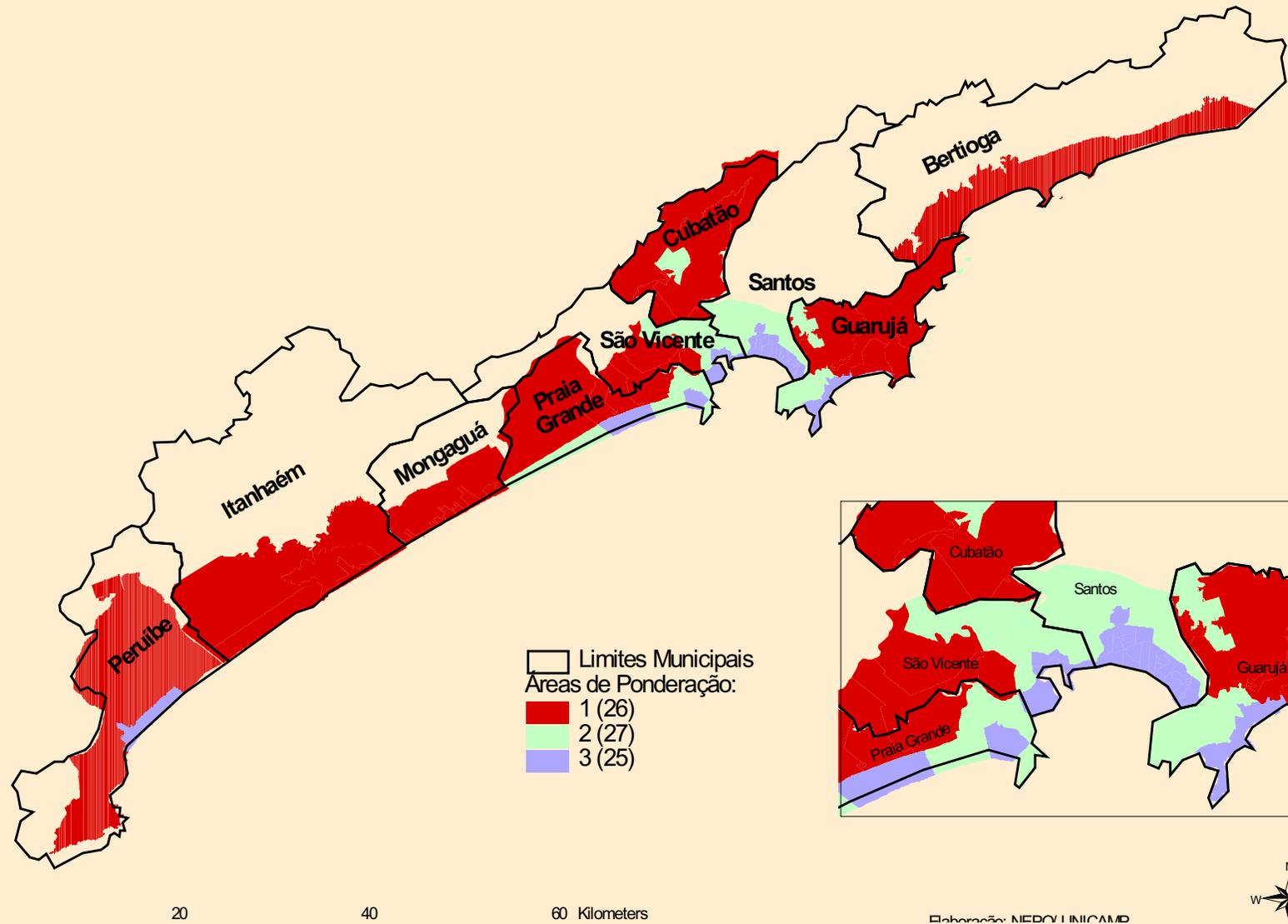
⁸ Este procedimento (*cluster analysis*) agrupa as observações (no caso, as áreas de ponderação) em função dos valores assumidos por cada uma destas unidades nas variáveis consideradas nas análises. De fato, os escores obtidos nos cinco fatores resultantes da análise fatorial tratam de mostrar os agrupamentos mais prováveis, tendo

No caso da RMBS a análise de conglomerados resultou em quatro Zonas de Vulnerabilidade – muito embora, em função do número reduzido de áreas de ponderação pertencentes à zona 2 (apenas três APs), tenha sido necessário agrega-las a outro grupo com características mais próximas. O resultado final pode ser apreciado na figura 1.

No cartograma ficam muito bem diferenciadas as áreas mais distantes do centro metropolitano (no caso, o município de Santos) daquelas intermediárias e, sobretudo, mais próximas à orla marítima – que, como se sabe, é fator importante na valorização da terra na região.

como base a “distância” existente entre estas unidades. Esta distância, em termos matemáticos, seria dada pelo intervalo entre os pontos no espaço de cinco dimensões (já que são cinco escores para cada unidade espacial)

Figura 1
RM da Baixada Santista
Zonas de Vulnerabilidade, segundo Áreas de ponderação, 2000



A tabela abaixo resume os escores fatoriais obtidos para cada uma das Zonas de Vulnerabilidade, sendo que a partir destes valores foi possível distinguir as principais diferenças entre cada uma das áreas.

Tabela 1
Escores fatoriais para cada um dos fatores obtidos
Região Metropolitana da Baixada Santista, 2000

Fator	Zona de Vulnerabilidade		
	1	2	3
Padrão de ocupação periférico	0,83	0,68	0,19
Deficiência na infra-estrutura domiciliar	0,22	0,11	0,15
Carência de capital humano	0,73	0,44	0,12
Desproteção social	0,63	0,30	0,27
Estratégia familiar de proteção social	0,50	0,54	0,19

Obs.: as ZVs estão numeradas com uma lógica de maior vulnerabilidade para menor.

Com base no mapa e tabela acima, pode-se descrever as Zonas de Vulnerabilidade obtidas da seguinte forma:

- **Zona de Vulnerabilidade do tipo 1 (ZV1):** abrange as áreas mais periféricas (tanto social como geograficamente) da região metropolitana, localizadas nas franjas municipais. Menos consolidadas do ponto de vista urbanístico, são caracterizadas pela pior infra-estrutura da região, cujos habitantes apresentam grandes carências em termos de econômicos e educacionais. Também abriga a população com o mais alto grau de desproteção social da região;
- **Zona de Vulnerabilidade do tipo 2 (ZV2):** contempla as áreas localizadas entre a orla e a periferia mais distante, tratando, portanto, de locais mais consolidados do ponto de vista da infra-estrutura, muito embora ainda apresente grandes concentrações de população de baixa renda. Além disso, diferencia-se da ZV1 em função da maior incidência de proteção social entre os seus habitantes;
- **Zonas de Vulnerabilidade do tipo 3 (ZV3):** áreas mais centrais da cidade, predominantemente localizadas nos municípios de Santos e São Vicente e em zonas próximas ou lideiras à orla marítima, com grande incidência de população de alta renda e com maior prevalência os domicílios menores, unipessoais e com pessoas idosas.

Note-se, por último, que as áreas que compõem cada uma das “Zonas de Vulnerabilidade” não apresentam necessariamente uma contigüidade espacial, podendo,

portanto, estar distribuídas em mais de uma direção no espaço metropolitano. Deve-se ressaltar que a intenção principal desta pesquisa é detectar diferenças, não entre municípios, regiões específicas ou mesmo vetores de expansão urbana, mas, sobretudo, entre distintas situações de vulnerabilidade. Assim, as “zonas” constituídas tratam de estratificar a RMBS de maneira a refletir, ainda que de maneira aproximada, a heterogeneidade da população quanto a esta dimensão específica – a qual se reflete e pode se reproduzir nas mais variadas direções.

Os dados apresentados neste Sumário

A primeira seção deste Sumário apresenta dados sobre as **Características do domicílio e seu entorno**, uma vez que o local de residência e seus arredores são importantes para identificar situações cotidianas de exposição a riscos – principalmente riscos ambientais, que podem incidir sobre as condições de vida da população, afetando-a de maneira objetiva ou subjetiva.

As características dos domicílios e do entorno domiciliar revelam, por um lado, a inserção de seus residentes em termos da estrutura social, evidenciando os espaços que são ocupados por grupos com características específicas dentro da cidade. Por outro lado, permitem identificar fatores intervenientes sobre aspectos da realidade social, que incidem, por exemplo, sobre a mortalidade e a morbidade.

No que diz respeito ao entorno destaca-se que, a situação ambiental na qual está inserido o domicílio, pode ter reflexos relevantes em termos de exposição da população a riscos. Por exemplo, um domicílio que possua características satisfatórias de habitabilidade, mas que esteja em um local exposto a determinado risco ambiental, terá moradores mais vulneráveis, sobretudo se os compararmos a outra parcela populacional que, mesmo residindo em domicílios com condições não muito boas, estejam em um local onde o entorno não oferece riscos eminentes.

Pensando-se nos demais aspectos de análise, pode-se ressaltar que um avanço dessa pesquisa diz respeito ao questionamento realizado sobre periodicidade de atendimento dos serviços básicos. Assim, não é mais suficiente saber se determinado domicílio está ligado à rede geral de abastecimento de água, tendo em vista que este serviço está tendendo à universalização, principalmente nos municípios com maior dinâmica econômica. O que ocorre é que nem sempre estar ligado à rede geral significa ter acesso à água tratada durante todo o tempo. Como mostram os dados desse sumário, a água está disponível de maneira intermitente para consideráveis parcelas da população, configurando-se como um fator que pode ser decisivo para a definição da vulnerabilidade social. Da mesma forma, as informações sobre a regularização e a documentação dos imóveis permitem identificar se existe uma garantia sobre a situação de residência, ou se os residentes estão sujeitos a remoção por medidas judiciais. Certamente este é outro aspecto significativo em termos da vulnerabilidade das famílias.

Na seção **Características sociodemográficas gerais** apresentam-se as principais características da população no que se refere a sexo, idade, cor, religião etc. de maneira que se possa conhecer melhor a composição dos residentes na Região Metropolitana da Baixada Santista. Como se sabe, tais atributos não podem ser tomados meramente como cifras estatísticas, já que refletem formas de comportamentos demográficos e sociais de uma população que se estrutura e/ou modifica seu perfil em função de transformações nos níveis e padrões de fecundidade e mortalidade, no auto-reconhecimento de suas situação étnico/racial, nas práticas religiosas etc. Também, estes são parâmetros essenciais para a aferição da demanda por serviços e políticas públicas específicas. Assim, para além dos números, observar tais características para o total da população metropolitana e, sobretudo, mostrar diferenças espaciais, é também uma forma de visualizar especificidades de comportamentos, além de identificar necessidades prementes e ou futuras.

A seção **Trabalho e rendimentos** busca apreender algumas dimensões do mercado de trabalho da RMBS, assim como avaliar as possibilidades de obtenção de renda das famílias – seja através do trabalho, seja através de programas sociais ou de outras fontes.

Por considerar que o mercado de trabalho brasileiro é altamente heterogêneo, pouco estruturado, marcado por alta disponibilidade de força de trabalho, níveis insatisfatórios de proteção social – e, por tudo isso, com fronteiras pouco nítidas e muito flexíveis entre o trabalho e o não-trabalho, entre o desemprego e a inatividade –, o projeto decidiu adotar, para este módulo, a metodologia da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) desenvolvida pela Fundação SEADE em parceria com o DIEESE. Deste modo, as questões constantes do questionário foram inspiradas, quase que totalmente, nas questões aplicadas pela PED. Com isto, espera-se construir um diagnóstico mais objetivo dos mercados regionais, através da identificação e reclassificação das situações limites ou superpostas – o que permitirá o delineamento mais claro da população economicamente ativa (PEA) ocupada e das situações de desemprego (aberto, oculto) e da inatividade (inativos *tout court* e inativos com trabalho precário).

A seção **Mobilidade espacial** busca apresentar um conjunto de informações que permitem conhecer algumas das principais características do processo migratório que responde pelo crescimento metropolitano, como também elementos inéditos sobre a mobilidade intra-urbana que se desenvolve no interior da região – fenômeno importante para melhor se compreender sua expansão territorial. Assim não apenas são apresentados aspectos sobre a chegada dos migrantes na área, mas também a forma como estes se deslocam no interior da mesma. Nesse sentido, também são apresentadas informações sobre um fenômeno típico das grandes aglomerações urbanas, a mobilidade pendular⁹, que ajuda a entender melhor as relações funcionais entre os municípios metropolitanos. Por último, dados inovadores levantados na pesquisa domiciliar permitem que sejam exploradas algumas indicações do papel das redes sociais no processo migratório regional.

⁹ Aqui definida como os deslocamentos cotidianos ou regulares das pessoas por motivos de trabalho ou estudo.

A seção **Família e comunidade** objetiva um conhecimento mais aprofundados das relações familiares além daquele usualmente permitido pelas pesquisas domiciliares. Dada a grande polissemia associada ao vocábulo família, mesmo no âmbito das Ciências Sociais, convém precisar o significado que lhe é emprestado neste Sumário. Entende-se aqui por “família” o grupo de residência constituído por pessoas vinculadas por relações de parentesco consanguíneo e/ou de aliança, que são também relações de gênero e de gerações. Estas relações podem estar reduzidas à sua expressão mínima – um casal sem filhos, uma mãe (ou pai) e seu filho, dois irmãos, uma avó e seu neto –, ou pode atingir formas altamente complexas, que podem chegar a envolver mais de uma “família elementar” (composta por pelo menos um dos genitores e prole)¹⁰.

Assim, para esta seção, captou-se informações referentes a dimensões da vida familiar, consideradas importantes pela perspectiva teórica adotada (AVEO). De um modo amplo, a idéia é tentar perceber como determinadas características familiares favorecem ou dificultam a participação de seus membros (no caso, o responsável pelo domicílio e cônjuge, quando houver) em atividades comunitárias e em redes sociais mais amplas. Neste sentido, considera-se aqui a compreensão das relações de gênero intrafamiliares como elemento fundamental na explicação dos limites e possibilidades desta participação. Ainda, no que se refere ao tema da participação dos membros familiares em atividades comunitárias ou redes sociais, um primeiro bloco de questões busca verificar a disponibilidade de cada um dos membros do casal da família principal, ou do responsável pelo domicílio, para a participação comunitária. Outro conjunto de questões tem por objetivo verificar a inserção familiar em redes sociais mais amplas, redes estas que permitam à população a obtenção de informações ou ajuda em situações de emergência. Um terceiro bloco busca captar informações sobre as relações de gênero intrafamiliares. Finalmente, a seção busca ainda esclarecer a formação de configurações familiares complexas, como podem ser as chamadas “famílias conviventes”. Acredita-se que estes elementos, assaz inovadores, associados às informações sobre família, fornecerão um retrato bastante compreensivo da vida familiar na região investigada.

A problemática ambiental e a dimensão dos perigos foi o foco da seção **Ambiente, Riscos e Perigos**. Tomamos o foco da percepção do meio ambiente por entendê-la como fundamental para que tenhamos uma perspectiva mais abrangente dos problemas ambientais. Ela permite identificar fatores e processos que interferem na forma como as pessoas lidam com os perigos ambientais ou com a própria poluição. Ações práticas muitas vezes podem produzir grandes resultados, embora o principal motivo de identificar algumas disposições e ações positivas das pessoas seja para apontar para uma mudança de atitude com relação

¹⁰ A dimensão da residência também constitui elemento importante na análise da família, uma vez que reflete a dinâmica de inclusão/exclusão que permeia as relações familiares. Certamente, as relações de parentesco não se restringem àquelas vividas no interior da residência e uma análise mais fina da instituição familiar implicaria no estudo das relações entre residências, algo ainda de difícil operacionalização. É importante, portanto, diferenciar “família” de “grupo doméstico”, um conceito mais amplo, que dá conta tanto daqueles arranjos de residência de base familiar quanto daqueles de base não-familiar.

à preservação ambiental. Por outro lado, avaliar a percepção é fundamental para compreendermos de maneira mais aproximada como é viver em determinadas situações de perigo ou para avaliar o alcance de políticas públicas e projetos de gestão de fundo ambiental ou educacional. Saber o que se pensa sobre ambiente, mesmo que haja uma distância entre o que se pensa e o que se faz, é importante para acompanhar o gradativo processo de tomada de consciência ambiental por parte da população.

Os perigos são os eventos que causam dano, possuindo tanto aspectos econômicos, demográficos, ambientais e culturais. As perguntas que fizemos diretamente sobre eles focalizaram a percepção de tais perigos, levando-se em conta três escalas: bairro (entorno), cidade e região. Procuramos contrapor os perigos às vantagens, embora estas não tenham sido discriminadas. Como a vida urbana contemporânea tem dado excessiva ênfase à violência (talvez, o grande perigo e medo do nosso tempo), perguntamos em separado sobre a violência e sobre outros perigos. A intenção foi filtrar a pergunta para que pudéssemos captar perigos tais como inundação, enxurrada e deslizamento (ligados a eventos atmosféricos), poluição do ar, trânsito e acidentes de carro e aqueles relacionados à manutenção do bairro (terrenos baldios, lixo, problemas sanitários). Alguns desses perigos são mais palpáveis para as pessoas do que outros, mas o resultado das perguntas revelou que há um campo importante a se investigar em termos da percepção, das ações tomadas e da experiência dos perigos.

As informações selecionadas para a sessão [Condições e acesso a serviços de saúde](#) visam apresentar dados de interesse sobre a situação em que se encontra a população em termos das suas condições gerais de saúde, incluindo a percepção dos indivíduos, o grau de dependência de serviços públicos e a utilização e avaliação da qualidade destes. Embora os dados levantados na pesquisa domiciliar não tenham se preocupado em obter medidas de prevalência e risco de doenças, houve uma preocupação em averiguar elementos relativos ao acesso e prevenção que, em última instância, são questões chaves para a intervenção por parte das políticas públicas.

Na seção [Situação educacional e o contexto familiar](#) apresentam-se algumas características sócio-educativas da população, tentando responder a questões como: o que fazem e com quem ficam os jovens e crianças no período não escolar? Informações como estas nos permite entender algumas possibilidades de como as famílias da região constroem seu capital cultural e social, para além do ensino regular. Outra dimensão importante tratada na seção é: como se dá a participação dos pais na vida escolar de seus filhos e, também, como avaliam as escolas que seus filhos frequentam. É preciso lembrar que, tal qual se tem destacado em diversas pesquisas das mais diferentes metodologias, a participação dos pais na vida escolar dos filhos e a relação entre os profissionais da educação (diretor, professor...) e os pais interferem significativamente nos resultados do processo de ensino-aprendizagem das crianças e jovens. Estas informações, em geral, não captadas em estatísticas de uso corrente (que, normalmente, têm como foco o capital físico da escola), configuram instrumento importante na formulação de políticas públicas educacionais, e, mais diretamente, nas ações desenvolvidas por cada escola.

O projeto Vulnerabilidade espera que esse sumário seja um instrumento importante de consulta para aqueles que pretende conhecer as características da população residente na Região Metropolitana da Baixada Santista, em especial para os planejadores e governantes preocupados em atender e propor soluções para os seus inúmeros problemas. Mesmo com um caráter eminentemente descritivo, o presente estudo espera fornecer uma leitura direcionada da realidade regional visando, por um lado, revelar facetas relevantes das condições de vida e vulnerabilidade dos residentes e, por outro lado, sugerir linhas de análises possíveis para o melhor entendimento da dinâmica socioespacial desta, que é uma das mais novas Regiões Metropolitanas do país.

Por último, mas não menos importante, esse primeiro produto representa parte da prestação de contas à sociedade civil e científica do investimento realizado pela FAPESP e CNPq no desenvolvimento de um projeto de pesquisa que ainda deverá gerar muitos frutos em termos da produção de conhecimento sobre a região em particular, e sobre os processos de metropolização em geral.